



ESCÂNDALO FISCAL



**18
AGO
2025**

CONEXÃO PT-SP

PROPINAÇO

Ele tem tudo a ver

Tarcísio de Freitas se esquivava da investigação da Polícia Civil e do Ministério Público Estadual-MPE que descobriu um enorme esquema de corrupção na Secretaria da Fazenda, comandada por Samuel Kinoshita. Um auditor fiscal da cúpula da Secretaria “arrecadou” mais de R\$ 1 bilhão, por meio de uma “empresa” de sua mãe, pelo “serviço” de liberação de supostos créditos acumulados do ICMS para grandes empresas de varejo, como a Ultrafarma e a Fast Shop.

O escândalo atinge diretamente Tarcísio, embora nem o MPE e nem a mídia o apontem. Para entender esse propinaço são necessárias explicações e respostas a algumas perguntas que não foram feitas até o momento. O acúmulo de créditos de ICMS é uma situação excepcional, mas pode acontecer em algumas situações específicas, previstas em lei:



Exportadores: nas empresas que exportam mais da metade de sua produção, pois são isentas de impostos sobre vendas externas.

Incentivos fiscais: no caso de a empresa ser beneficiada por grande redução das alíquotas do ICMS.



Venda ao setor público: as compras governamentais são isentas de impostos.

Substituição tributária:

se uma empresa varejista pertence a este regime em que o produtor recolhe o ICMS por toda a cadeia (distribuidores e varejistas), isentando os demais de qualquer recolhimento. Como há situações em que custos e taxa de lucro variam de empresa a empresa e de região a região, o fisco estima a alíquota média da porta da fábrica ao consumidor final.



A única situação plausível para varejistas como Ultrafarma e a Fast Shop é esta última. Ambas não exportam, não há incentivo fiscal para atividades comerciais e não vendem para governos. Para acumularem créditos gigantescos, como foi o caso, precisariam provar que comercializam seus produtos muito abaixo da média estimada, quase no prejuízo. Comprovar isso é um processo altamente complexo e burocrático. É preciso levantar a média de desvio de milhares de itens.



Aí, entra o agente fiscal preso, Artur Gomes da Silva, e sua consultoria bilionária para “ajudar” as empresas. Como na operação de varejo é impossível acumulação de créditos dessa monta, fica a suspeita de que foram forjados.



CONEXÃO PT-SP

O que nos leva diretamente ao governador? A autorização para o uso desses créditos está represada desde o começo da atual gestão e só ocorre por decisão política do comando do governo, pois são valores anuais bilionários que afetam o caixa do tesouro. Embora nunca sejam pagos em dinheiro, podem ser negociados com outras empresas que tem alto valor de ICMS a pagar, o que resulta em menor arrecadação do mesmo modo.

CONEXÃO PT-SR



O estranho é que os exportadores mal viram nesses dois anos e meio a cor dos créditos a que têm direito que, segundo o próprio fisco, se acumulam em mais de R\$ 9 bilhões comprovados e outro tanto em análise. Em 2024, foram liberados R\$ 600 milhões. Em julho de 2025, depois da grita dos exportadores contra o tarifaço, foi liberado R\$ 1,5 bilhão.

Por que a Ultrafarma foi premiada nessa situação de contenção das autorizações de crédito?

Quem decidiu pela legitimidade dos créditos das empresas investigadas?





**Quem deu R\$ 1 bi
de propinaço deve
ter achado
compensador e,
certamente,
ganharia vários
BILHÕES em
créditos.**

CONEXÃO PT-SP



É possível que um fiscal faça tudo isso sem apoio e sem contemplar “interesses superiores” que decidem a liberação dos créditos? Quais as empresas que adquiriram esses créditos? Estão entre elas as que frequentam os numerosos jantares, almoços e eventos de apoio empresarial à candidatura presidencial de Tarcísio? Ele e Kinoshita, que acompanham o caixa do tesouro, não calcularam as perdas imensas de arrecadação nesses casos?

Tarcísio precisa se explicar, o MPE tem que fazer as perguntas certas e a mídia precisa ser, de fato, investigativa.